

ATA DA 16ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, na sala de reuniões da Diretoria de Infraestrutura (DIE), localizada no oitavo andar da Torre I do Palácio da Justiça “Ministro Luiz Gallotti”, sede do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, sito na rua Doutor Álvaro Millen da Silveira, n. 208, centro, nesta cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros do Comitê Gestor Regional para gestão e implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição (CGRPG) instituído pela Resolução TJ n. 20, de 5 de setembro de 2014, deste tribunal, e ato de nomeação consubstanciado na Portaria GP n. 248, de 13 de abril de 2016. Estiveram presentes os seguintes membros: 1) juiz Laudenir Fernando Petroncini, magistrado indicado pelo Tribunal (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, I); 2) juíza Candida Inês Zoellner Brugnoli, magistrado escolhido pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, II); 3) juiz Edison Zimmer, magistrado eleito por votação direta entre os magistrados do primeiro grau (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, III); 4) servidora Emylia Buchner Scalco Carneiro, servidora escolhida pelo Tribunal, a partir de lista de inscritos (Resolução CNJ n. 194, art. 5º, IV); 5) servidor Olacir Gonçalves, servidor eleito por votação direta entre os servidores (Resolução CNJ n. 194, art. 5º e V); 6) juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer, representando a Associação de Magistrados Catarinenses (AMC), sem direito a voto. O juiz Laudenir Fernando Petroncini, Presidente do Comitê, iniciou a reunião saudando os presentes. A reunião foi dedicada à finalização do Regimento Interno do Comitê. Foi analisado item por item a fim de verificar as alterações necessárias. Concluída a verificação, o documento foi encaminhado para revisão pela Diretoria de Documentação e Informações, que elaborará a versão final. Ao final, foi deliberado acerca da expedição de ofício à Secretaria Executiva do Tribunal de Justiça, solicitando oportuna vista e manifestação quanto aos estudos ou processos relativos à criação da Diretoria de Cumprimento e Apoio Processual Remotos do Primeiro Grau (DCPG), informações sobre a forma de redistribuição dos 270 cargos identificados como *déficit* no primeiro grau de jurisdição e sobre o total de despesas com o pagamento de cargos em comissão e funções de confiança no primeiro e segundo graus. Durante a reunião, foi criado o processo administrativo nº 14013/2017 para estudo, pelo Comitê, de implementação da Resolução nº 219 do CNJ. A reunião encerrou-se às 13 horas. Nada mais havendo para constar, encerra-se a presente ata, cuja minuta foi encaminhada por correio eletrônico para aprovação dos presentes. A coleta das assinaturas dar-se-á na próxima reunião.

Laudenir Fernando Petroncini
PRESIDENTE DO COMITÊ
MAGISTRADO INDICADO PELO TRIBUNAL

Candida Inês Zoellner Brugnoli
MAGISTRADO ESCOLHIDO PELO TRIBUNAL

Edison Zimmer
MAGISTRADO ELEITO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS MAGISTRADOS DO PRIMEIRO GRAU

Emylia Buchner Scalco Carneiro
SERVIDORA ESCOLHIDA PELO TRIBUNAL

Olacir Gonçalves
SERVIDOR ESCOLHIDO POR VOTAÇÃO DIRETA ENTRE OS SERVIDORES DO PRIMEIRO GRAU

Jussara Schittler dos Santos
Wandscheer
REPRESENTANTE DA AMC

GUILHERME PERES FIUZA LIMA
REPRESENTANTE SINJUSC